

**DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE EVASÃO E PERMANÊNCIA
ESCOLAR A PARTIR DAS PESQUISAS E DOS DOCUMENTOS
NORMATIVOS SOBRE O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NA
REDE FEDERAL**

**POSSIBLE DIALOGUES BETWEEN EVASION AND STAYING AT
SCHOOL BASED ON RESEARCH AND REGULATORY
DOCUMENTS ON INTEGRATED HIGH EDUCATION IN THE
FEDERAL NETWORK**



Jonis Manhães Sales Felipe
Instituto Federal Fluminense - IFFluminense

Sandra Helena de Araujo Lima
Instituto Federal Fluminense - IFFluminense

RESUMO

Os desafios para o enfrentamento da evasão escolar permeiam as discussões sobre a educação brasileira em diferentes contextos históricos e políticos, constituindo-se em uma preocupação não apenas para educadores, mas para toda a sociedade. Visando ampliar a compreensão do fenômeno da evasão, este trabalho promove a sua articulação com o conceito de permanência escolar, que vem ganhando destaque nas produções acadêmicas recentes e nos documentos norteadores da educação no país atualmente. Desse modo, o artigo se apresenta como o resultado de pesquisas documentais e bibliográficas sobre os conceitos de evasão escolar e permanência escolar, com destaque para as suas manifestações no ensino médio integrado da Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica. Tais pesquisas evidenciaram diferentes percepções conceituais que, não sendo mutuamente excludentes, demonstram que fenômenos da evasão escolar e da permanência escolar, embora diferentes, precisam ser investigados de maneira complementar, tendo como foco a efetiva garantia do direito social à educação.

Palavras-chave: Evasão escolar; Permanência escolar; Educação Profissional e Tecnológica; Ensino Médio Integrado.

ABSTRACT

The challenges in addressing school dropout are present in discussions about Brazilian education in various historical and political contexts, constituting a concern not only for educators but for society as a whole. With the aim of enhancing the understanding of the phenomenon of dropout, this work promotes its connection with the concept of student retention, which has been gaining prominence in recent academic productions and guiding documents in the country's education system. Thus, the article presents itself as the result of documentary and bibliographic research on the concepts of school dropout and student retention, with a focus on their manifestations in the integrated high school education of the Federal Network of Scientific, Professional, and Technological Education. Such research has revealed different conceptual perceptions that, not being mutually exclusive, demonstrate that the phenomena of school dropout and student retention, although different, need to be investigated in a complementary manner, with a focus on the effective guarantee of the social right to education.

Keywords: School dropout; School Stay; Professional and Technological Education; Integrated High School.

INTRODUÇÃO

Os desafios para o enfrentamento da evasão escolar enquanto fenômeno que marca a educação brasileira permeiam discussões em diferentes contextos históricos e políticos, constituindo-se em uma preocupação não apenas para educadores, mas para toda a sociedade. Entretanto, especialmente após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, ficou evidenciada uma tendência à mudança de enfoque para a questão da permanência escolar.

Os debates a respeito da evasão escolar eram habitualmente pautados em índices e causas, atribuindo-se responsabilidades aos estudantes e a dimensões externas às instituições de ensino. Por sua vez, ao abordar a permanência escolar é praxe buscar o conhecimento dos motivos que lhe são favoráveis, os quais não necessariamente mantêm relação de oposição com as causas geradoras da evasão.

Nesse sentido, o presente trabalho visa discutir as diferentes noções de evasão, problematizar as dimensões material e simbólica da permanência e, ainda, a relevância das práticas institucionais para que esta seja facilitada ou alcançada. A fim de atingir objetivos traçados, foram realizadas pesquisas documentais, especialmente em normativas que abordem o tema correlacionando-o ao ensino médio integrado da Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica (RFECPT) e mais

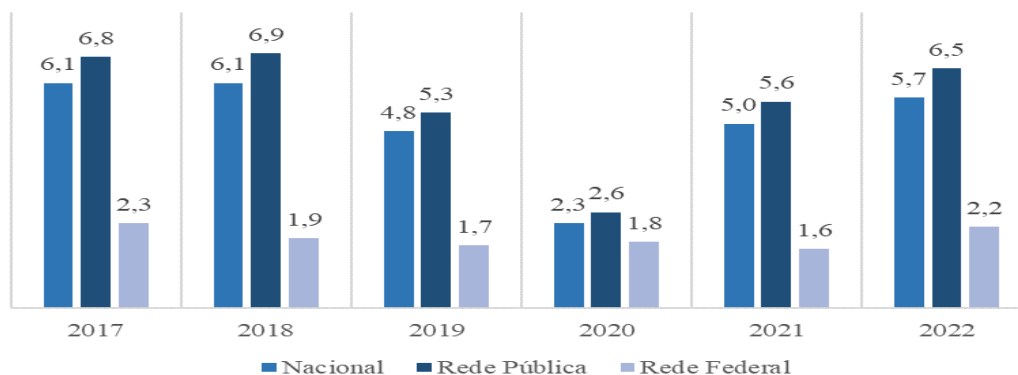
especificamente os alusivos ao Instituto Federal Fluminense (IFF), por se tratar da instituição pesquisada para a elaboração da dissertação de mestrado que originou o presente artigo. Foram realizadas ainda pesquisas bibliográficas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a identificação de produções que contribuíram para uma maior compreensão dos fenômenos analisados.

1 DIFERENTES OLHARES SOBRE EVASÃO ESCOLAR: UM MOMENTO OU UM PROCESSO?

Em muitos contextos educacionais e, mais especificamente, a partir da última metade do século XX, a evasão escolar tem sido uma preocupação não apenas para educadores, mas para toda a sociedade, engendrando uma procura por maior conhecimento desse fenômeno. Nessa busca, os dados estatísticos vêm ocupando um lugar relevante, pois acabam servindo, muitas vezes, como principal recurso para o entendimento e a abordagem da problemática ora apresentada.

As taxas de abandono referentes ao ensino médio, etapa da educação básica abordada nesse texto, apontam uma queda nos números nacionais de 2022 em relação a 2017 - conforme aponta o quadro abaixo (Gráfico 1), elaborado a partir de dados secundários do Instituto Nacional de Estudos Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Gráfico 1 — Taxa de abandono escolar do Ensino Médio no Brasil entre os anos de 2017 e 2022 (%)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados referentes às taxas de rendimento escolar (2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022/INEP), 2023.

Entretanto, destaque-se que a redução apontada, além de não linear, é mínima, indicando a necessidade de uma agenda que vislumbre a redução consistente desse índice. Para além da objetividade fria dos números, os dados refletem vidas que tiveram o direito social à educação negado em algum momento de sua trajetória escolar.

No mesmo gráfico, desperta atenção ainda o fato de os índices concernentes ao ensino médio da rede pública serem, nos anos analisados, superiores aos índices gerais apresentados. Outro ponto relevante diz respeito à diferença significativa entre os números nacionais da evasão e os das escolas de ensino médio da rede federal em todos os anos levantados.

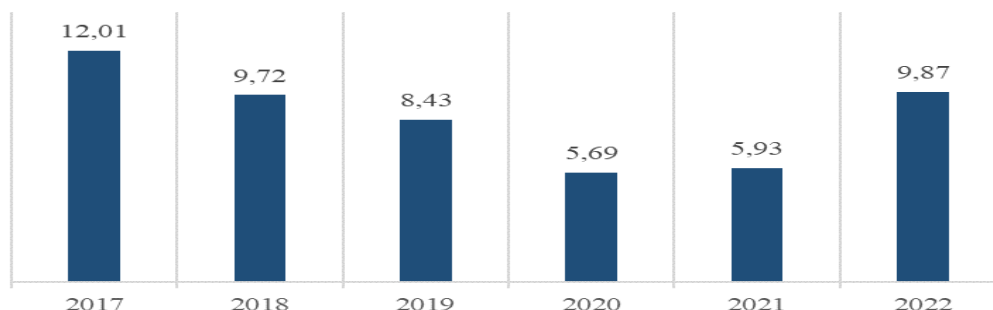
Aqui, interessa delimitar o conceito de evasão adotado pelo INEP, uma vez que há definições distintas. Em documento elaborado a fim de esclarecer a metodologia de cálculo dos indicadores, o referido instituto conceitua evasão como:

saída antecipada, antes da conclusão do ano, série ou ciclo, por desistência (independentemente do motivo), representando, portanto, condição terminativa de insucesso em relação ao objetivo de promover o aluno a uma condição superior à de ingresso, no que diz respeito à ampliação do conhecimento, ao desenvolvimento cognitivo, de habilidades e de competências almejadas para o respectivo nível de ensino. [...] a interrupção do programa em decorrência de falecimento do discente não pode ser atribuída como insucesso (BRASIL, 2017.p. 9).

Ao refinar a pesquisa para dados relativos aos cursos de ensino médio integrado (EMI) ofertados no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), observa-se que as taxas de evasão disponibilizadas na Plataforma Nilo Peçanha¹ (PNP) se comportaram de maneira similar às do ensino médio nacional, evidenciando uma queda entre o primeiro e o último ano analisado (2017 e 2022). Entretanto, é observado um decréscimo mais expressivo na rede federal de EPT, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 2 — Taxa de evasão nos cursos de Ensino Médio Integrado da Rede Federal de EPT, entre 2017 e 2022 (%)

¹ Trata-se de “um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” (MEC, 2023).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha, 2023.

A mesma plataforma permite a utilização de filtros que, entre outros recursos, propicia a estratificação de dados por instituição. Assim, possibilita o acesso a dados exclusivos do IFF, instituição a qual pertence o *Campus Macaé*, *locus* de realização da pesquisa que originou o presente artigo. Os números encontrados evidenciam uma repetição no padrão de comportamento dos índices, destacando-se a redução ainda maior na comparação entre os anos de 2017 e 2022, no contexto do IFF.

Importa aqui, ainda, compreender a definição de evasão utilizada na referida plataforma, uma vez que segundo o Guia de Referência Metodológica da Plataforma Nilo Peçanha, o estudante evadido é aquele que “perdeu o vínculo com a instituição antes da conclusão do curso” (BRASIL, 2018, p. 19). Por conseguinte, infere-se que os índices divulgados digam respeito a alunos que perderam o vínculo devido aos seguintes motivos: “Abandono; Cancelado; Desligado; Reprovado; Transferência interna e Transferência externa” (BRASIL, 2018, p. 52).

Não havendo consenso sobre os significados do termo evasão nos documentos, assim como na maior parte da produção acadêmica que compõe as referências bibliográficas ora utilizadas, foram evidenciados diversos conceitos de evasão. O mais comum é aquele associado à ideia de abandono, como o adotado pelo Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2014, p. 21), o qual explicita que o aluno considerado evadido “abandonou o curso, não realizando a renovação da matrícula ou formalizando o desligamento/desistência do curso”.

O referido Documento Orientador foi elaborado por um grupo de trabalho composto por representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

(SETEC) e da Rede Federal, em resposta ao Acórdão nº 506², de 2013, emanado do Tribunal de Contas da União (TCU), e propõe-se a oferecer “subsídios para o planejamento de ações para o enfrentamento do fenômeno da evasão e da retenção” (BRASIL, 2014, p. 4). Desperta atenção o fato deste Documento (2014, p. 28) definir evasão como o momento do abandono e, concomitantemente, explicitar a necessidade de se reconhecer a complexidade deste fenômeno como um processo, de modo que sejam adotadas medidas institucionais que visem à sua solução.

Autores como Ferreira e Oliveira (2020) corroboram com o pensamento de que “a evasão escolar acontece quando o aluno deixa de frequentar as aulas, caracterizando o abandono escolar” (Ferreira e Oliveira, 2020, p. 40). Essa mesma ideia está presente na produção de Costa e Borges (2019, p. 367) ao afirmarem que a evasão “pode ser entendida como os alunos que perderam o vínculo com a instituição antes da conclusão do curso”.

As abordagens defendidas por Tinto (1975), Dore e Luscher (2011) e Felipe (2018a) apresentam-se como um contraponto, uma vez que partem da compreensão da evasão enquanto processo. Para Tinto (1975, p. 13), o abandono é o “resultado de um processo multidimensional envolvendo a interação entre o indivíduo e a instituição”. Felipe (2018a, p. 165), aponta que a “sequência de reprovações e obstáculos” enfrentada pelos discentes tem seu término, muitas vezes, apenas quando o aluno deixa a escola.

Convergindo com este entendimento, Almeida e Lyra-Silva (2021, p. 338) apresentam características relacionadas ao perfil identitário dos alunos que concluem os cursos de EMI, sendo uma delas “estar dentro da idade prevista para a conclusão do ensino médio (17 anos)” - mais de 90% dos estudantes concluintes entrevistados não foram reprovados nas séries do EMI, o que reforça o pensamento expresso por Felipe (2018): a sequência de reprovações, muitas vezes, faz parte do processo que culmina com a saída do aluno da escola, uma vez que a ausência da distorção idade/série pode significar que o estudante ingressou no curso na idade apropriada e obteve regularidade em suas aprovações.

² Firmado após “Auditoria Operacional, realizada com vistas a avaliar as ações de estruturação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” (TCU, 2013).

A percepção da evasão enquanto processo também se coaduna com a concepção de Dore e Lusher (2011, p. 152), segundo a qual a saída do estudante da escola é apenas o estágio final de um processo de desengajamento da vida escolar. Ante tal pressuposto, importa identificar antecipadamente os estudantes em risco de evasão para minimizar as possibilidades de seu desengajamento mediante acompanhamento social e psicopedagógico sistemáticos.

Além desta pluralidade de situações consideradas como evasão, o estudo deste fenômeno exige a compreensão da perspectiva pela qual se pretende investigá-lo: individual, institucional ou do sistema de ensino. No tocante a este assunto, Silva (2021, p. 11), ao realizar revisão bibliométrica sobre a evasão escolar no Ensino Médio, entre 2014 e 2018, selecionou 67 trabalhos para explorar. Um dos resultados obtidos a partir dessas análises revela que em 46 dos 67 artigos, o estudante é apontado como o responsável pela evasão escolar, conferindo à maior parte das investigações destaque ao papel do indivíduo, embora as demais perspectivas de análise das investigações, citadas por Dore e Lusher (2011), também tenham sido identificadas nos artigos selecionados.

Buscando aprofundar a compreensão a respeito do fenômeno da evasão, uma consulta à base de dados do Portal de Periódicos da CAPES foi realizada em 11 de março de 2023. Inicialmente, foram utilizados os marcadores “Evasão” e “Ensino Médio Integrado”, sendo localizados 12 artigos produzidos entre os anos de 2017 e 2022.

Entre estes 12 artigos, dois deles, “Rolê no IF: um aplicativo em favor da inclusão e contra a evasão no Ensino Médio Integrado” (Almeida, Miranda, e Machado, 2019) e “Comunicação pública na prevenção da evasão: a experiência de um aplicativo sobre Ensino Médio Integrado” (Almeida e Miranda, 2020), possuem como objetivo apresentar um estudo que buscou a validação da hipótese, posteriormente confirmada, de que a utilização de um aplicativo instalado em telefone celular seria um aliado na prevenção da evasão escolar, no *Campus* Rio Pomba - IF Sudeste MG.

O artigo intitulado “Ensino Médio Integrado: diálogos entre a implementação e as pesquisas” (Maraschin *et al*, 2020) não explora o tema evasão, citando-o apenas quando descreve levantamentos sobre os cursos de EMI e as pesquisas realizadas acerca deste tema por alunos de pós-graduação das instituições públicas do estado do Rio Grande do Sul. No referido estudo, a evasão aparece integrando uma das três categorias temáticas em que as 28 pesquisas encontradas pelos autores foram organizadas. A título

de esclarecimento, essas categorias foram: Políticas Públicas e Gestão, Acesso, Evasão e Permanência e Práticas Pedagógicas.

Acerca da visão predominante quanto a percepção de evasão apresentada nestes 12 artigos, nove a compreendem como um processo (Almeida, Miranda e Machado, 2019; Almeida e Miranda, 2020; Marinho e França, 2020; Evangelista, Cruz e Almeida, 2022; Gontijo *et al*, 2019; Cotrim-Guimarães e Fidalgo, 2021; Galasso e Santos, 2021; Costa e Borges, 2019; Silva e Borges, 2019), dois associam-na, mais frequentemente, à ideia de abandono: Lopes e Silva (2021) e Brito *et al* (2020), embora estes últimos reconheçam que muitos estudantes abandonam a escola, mesmo ainda mantendo as matrículas nas instituições de ensino. Há ainda um trabalho que, conforme citado anteriormente, não objetiva tratar diretamente da temática da evasão (Maraschin *et al*, 2020).

Na sequência da busca no Portal de Periódicos da CAPES, foi adicionado o marcador “Educação Profissional e Tecnológica”. Nesta fase, nenhum novo artigo foi encontrado. Os quatro artigos, agora localizados, haviam aparecido, anteriormente, na busca realizada sem o novo marcador.

Ao comparar as duas etapas da pesquisa, dois aspectos despertaram a atenção: o primeiro é que a maior parte dos artigos analisados, nas duas buscas realizadas, demonstram uma compreensão da evasão enquanto processo. O segundo refere-se à escassez de trabalhos publicados acerca do tema, principalmente no que tange à evasão na EPT.

Essa quantidade reduzida de trabalhos publicados encontrados, diante da relevância do tema, reforça o pensamento de que

A pesquisa sobre evasão escolar no ensino técnico no Brasil encontra um de seus maiores problemas e um grande desafio na escassez de informações sobre o assunto. A falta de informações abrange tanto o referencial teórico quanto o empírico e cria dificuldades adicionais à pesquisa para a construção de indicadores adequados à investigação do problema (Dore e Lüscher, 2011, p. 782).

Sobre este assunto, Oliveira e Oliveira (2019, p. 381) apontam que os cursos de Mestrado e Doutorado têm resultado “em artigos, dissertações e teses que trouxeram maior conhecimento sobre essa problemática”. Entretanto, concordam com Dore e Lusher (2011), ao reforçarem que mesmo diante dessas produções acadêmicas, ainda há

necessidade de se fomentar os debates sobre a evasão escolar com recorte específico para a EPT.

Neste trabalho, a evasão é reconhecida como um processo de desengajamento do estudante que culmina com a saída da instituição, apoiando-se nos estudos realizados, e anteriormente citados, de Tinto (1975), Dore e Luscher (2011) e Felipe (2018a).

A opção por esta concepção deve-se ao entendimento de que se faz necessário acompanhar o processo desde o seu início, por meio de ações que contribuam para que o estudante não seja excluído do espaço escolar nas suas diversas dimensões (materiais, interpessoais, institucionais, identitárias), o que culmina, frequentemente, na reafirmação de processos de exclusão social também presentes em outras esferas da vida do sujeito.

As marcas da evasão advêm da permanente e histórica desigualdade social brasileira. Quando um estudante não conclui sua travessia escolar, todos perdem, ocasionando prejuízos para o indivíduo e para o social (família, instituição, sociedade), potencializando o trabalho informal, o subemprego, a desvalorização e a exploração humana (Galasso e Santos, 2021, p. 8).

Dessarte, aprofundar os conhecimentos acerca da evasão e compreendê-la enquanto um processo de desengajamento do estudante da vida escolar objetiva ampliar as possibilidades da permanência dos estudantes nas instituições nas quais são matriculados. Mais do que um problema a ser pesquisado, entende-se o enfrentamento da evasão como uma responsabilidade que cabe a toda a sociedade, visando à garantia do direito social à Educação.

2 PERMANÊNCIA ESCOLAR E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

A discussão efetuada na seção anterior ratifica o entendimento de que a evasão é um dos maiores desafios da educação brasileira e, mais especificamente, da EPT - modalidade sobre a qual esta pesquisa se debruça. Para Marinho e França (2020, p. 147), a fim de que a EPT se efetive enquanto política pública, urge que sejam criadas estratégias para seu fortalecimento. Uma dessas estratégias envolve a estruturação de uma política de permanência e êxito dos estudantes que vise “atacar o problema da evasão”, entendendo que as discussões entre evasão e permanência são complementares.

Na busca por documentos oficiais que versem acerca da permanência escolar, é recorrente deparar-se com informações que remetem ao Artigo 206 da CF de 1988, o qual legitima e institucionaliza o termo permanência escolar ao estabelecer que o ensino no Brasil deve ser ministrado com base em nove princípios, sendo o primeiro deles a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, p. 170). Em 1996, este princípio é ratificado no artigo 3º da LDBEN nº 9.394/96, que norteia e estabelece diretrizes e bases para a educação nacional, legitimando a relevância do termo e, conseqüentemente, do fenômeno da permanência.

Esta constatação impele a uma busca pelo significado objetivo da permanência; tarefa nada simples, ante a complexidade do fenômeno. De acordo com autores como Carmo e Carmo (2014) e Felipe (2018^a) a ideia de permanecer se aproxima das noções de “persistência” e “insistência”. Essa definição parece apropriada principalmente no contexto da EPT, mediante os múltiplos desafios vivenciados pelos estudantes desde o momento em que ingressam nas instituições escolares até a conclusão do curso escolhido.

Ao analisarem semanticamente a palavra permanência, Carmo e Carmo (2014) sustentam que “atribuir à permanência escolar os significados de resistência, insistência ou sobrevivência é muito mais adequado e coerente com a realidade que vivem jovens e adultos na instituição escola” (Carmo e Carmo, 2014, p. 9). Embora aqui haja alusão a estudantes de uma modalidade específica (Educação de Jovens e Adultos - EJA), é plausível inferir que a ideia apresentada é condizente com a realidade de grande parte dos estudantes das escolas públicas brasileiras, mesmo em outras etapas e modalidades de ensino.

Ainda neste sentido, Felipe (2021b), reafirma a adequação da noção de resistência, ao apontar que

a ideia de permanência envolve a continuidade, em condições materiais e simbólicas de estudo, da frequência do estudante no curso em que se encontra matriculado, muitas vezes resistindo a diversos obstáculos que o empurram para a interrupção da sua trajetória escolar ou mesmo para a sua exclusão do sistema educacional (Felipe, 2021b, p. 3)

Problematizar estes obstáculos impõe a necessidade de se atentar para que a responsabilidade pela superação dos mesmos não seja tratada como exclusiva dos estudantes. Sobre este assunto, Dore e Lusher (2011), em pesquisa sobre fatores para

permanência ou evasão dos estudantes da educação profissional e técnica de nível médio em Minas Gerais, apontam a importância de, ao contrário de se individualizar as causas da evasão, pensar-se em estratégias institucionais a fim de fortalecer a permanência.

No que tange às estratégias e/ou práticas institucionais, Carmo, Manhães e Cola (2018) destacam, a partir de estudos de Vincent Tinto³, três pontos-chave que contribuem para que os estudantes permaneçam nas instituições de ensino. O primeiro é a “centralidade do aluno na sala de aula” (Carmo; Manhães; Cola, 2018, p. 61), uma vez que é este o *locus* em que geralmente o discente fica a maior parte do tempo em que está na escola. Este ponto-chave remete ao importante papel dos professores e de toda equipe técnico-pedagógica.

A diversidade de fatores que contribuem para a evasão ou para o fortalecimento da permanência escolar e a relevância de se criar estratégias institucionais remetem aos outros dois pontos-chave descritos pelos pesquisadores, que podem contribuir para a permanência dos estudantes: “a centralidade no primeiro ano crítico” e a “centralidade da noção de envolvimento”.

Sobre o “primeiro ano crítico”, o trio de autores atribui às instituições de ensino papel fundamental na recepção dos estudantes e no suporte que estes recebem para superação dessa etapa inicial. Cabe enfatizar que ao ingressarem nas escolas de ensino médio, os estudantes se deparam com um mundo novo e levam para o mesmo, além das suas expectativas, incertezas e marcas das rupturas com ciclos de relacionamentos e com espaços escolares onde, possivelmente, sentiam-se confortáveis.

De acordo com Almeida e Lyra-Silva (2021, p. 334), em pesquisa realizada com estudantes concluintes do EMI, em um dos *campi* do Instituto Federal de Goiás em 2017, 61% não tiveram desejo de abandonar o curso em nenhuma das séries, porém, entre os cerca de 33% que indicaram esta intenção, o fato ocorreu no primeiro ano na instituição. Este resultado aponta para a importância deste momento na vida dos estudantes,

³ Vincent Tinto, Professor da Universidade de Syracuse, é um dos maiores e mais conceituados estudiosos sobre retenção, evasão e permanência do mundo. Seu primeiro trabalho sobre retenção de alunos data de 1975, posteriormente, lançou dois livros sobre o tema: *Leaving College* (Repensando as causas e curas da evasão estudantil) (1983) e *Completing College* (Repensando a ação institucional) (1993), com os quais aperfeiçoou o seu modelo de retenção.

confirmando a necessidade de apoio institucional para superação dos desafios do “primeiro ano crítico”.

Quanto à “centralidade da noção de envolvimento”, terceiro ponto-chave destacado por Carmo, Manhães e Cola (2018, p. 60), os autores reforçam o pensamento de Felipe (2018a) e de Dore e Luscher (2011) ao referirem-se à saída do aluno como um processo de desengajamento construído de forma lenta, porém constante, até o desligamento, por não se sentir mais envolvido com a instituição. Para os autores, esse envolvimento ocupa lugar central, por fortalecer a integração do estudante com a instituição, possibilitando que o mesmo não se sinta desamparado e saiba que terá com quem contar e a quem recorrer nos muitos e diferentes momentos que terão ao longo de sua trajetória acadêmica.

Sobre o envolvimento do estudante com a escola, no contexto da Rede Federal de EPT, os alunos matriculados nos cursos do Ensino Médio Integrado são, em sua maioria, adolescentes ou jovens⁴, sujeitos que possuem características, desafios, sonhos e perspectivas de vida que, embora diversas, são paradoxalmente próprias deste momento da vida.

A compreensão desse aspecto é fundamental, uma vez que, ao se tratar da permanência de estudantes jovens no espaço escolar, importa conhecer como são constituídas essas juventudes, de modo que as ações propositivas na perspectiva do fortalecimento dessa permanência apresentem o êxito esperado: “É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social” (Dayrell, 2003, p. 42).

Assim como ocorreu em relação ao fenômeno da evasão, foi realizada em 11 de março de 2023 pesquisa bibliográfica a respeito de produções acadêmicas que tratassem da permanência escolar. A base de dados utilizada foi o Portal de Periódicos da CAPES. Em um primeiro momento, optou-se pelos marcadores “Permanência” e “Ensino Médio Integrado”, sendo localizados 18 artigos publicados entre 2017 a 2022. Entretanto, 02 destes artigos estavam repetidos, reduzindo o número de artigos localizados para 16.

⁴De acordo com a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

Ao adicionar o marcador “Educação Profissional e Tecnológica”, foram encontradas 07 publicações. Ressalte-se que essas 07 publicações estão contidas nos 16 artigos anteriormente citados, localizados quando este marcador não foi utilizado. Para atender as finalidades e possibilidades do presente artigo, a análise mais detalhada ficou restrita aos trabalhos que foram identificados a partir da utilização dos dois marcadores.

Desses sete trabalhos, três apresentam caráter descritivo, dedicando-se a detalhar e explicar fenômenos de uma realidade específica. A publicação de Silva (2021) aponta as motivações dos estudantes para inserção no curso técnico integrado em agropecuária, do Instituto Federal de Farroupilha – *campus* São Vicente do Sul. O segundo artigo, de autoria de Maraschin *et al* (2020), é o mesmo localizado nas pesquisas realizadas sobre evasão escolar e, conforme explicitado anteriormente, não tem como objetivo a discussão da evasão ou da permanência, mas sim descrever levantamentos sobre os cursos de EMI e as pesquisas realizadas acerca deste tema por alunos de pós-graduação das instituições públicas do estado do Rio Grande do Sul.

O terceiro dos trabalhos foi formulado pelas pesquisadoras Almeida e Lyra-Silva (2021) e trata de forma mais contundente da permanência na EPT, trazendo contribuições relevantes ao enumerar e discorrer sobre características dos alunos que concluíram, no ano de 2017, a educação técnica de nível médio, no Instituto Federal de Goiás - *campus* Uruaçu. Estas informações podem subsidiar a elaboração de propostas que visem à permanência escolar, pois “conhecer as características do aluno que permanece e os principais motivos que contribuem para esta decisão pode auxiliar nas estratégias envidadas para que o êxito seja a realidade dos estudantes que ingressam nas instituições de ensino” (Almeida; Lyra-Silva, 2021, p. 319).

Quanto aos 04 outros artigos, dos 07 localizados, é possível afirmar que se tratam de publicações de caráter propositivo. A dupla Marquetti e Cesaro (2020) propõe a utilização de materiais acessíveis para alunos surdos, aumentando as possibilidades de acesso, permanência e êxito. Este mesmo caráter propositivo é percebido no artigo de Gemaque, Cavalcanti e Jesus (2021), pois os autores, embora descrevam a visão de estudantes e professores a respeito das questões de gênero e diversidade, propõem práticas educativas sobre esta temática na EPT.

Os autores Kleiman e Marques (2018) apresentam o trabalho desenvolvido com as tecnologias digitais junto aos alunos da EPT, com foco no letramento digital, não

tratando diretamente da temática da permanência escolar. Por último, o artigo de Almeida e Miranda (2020, p. 103) propõe o desenvolvimento de um aplicativo que, ao ser utilizado por potenciais estudantes, forneça informações sobre currículo, fotos e vídeos, além de outros recursos referentes aos cursos ofertados pela instituição pesquisada. Essa proposição parte da afirmação, feita pelos autores, de que a principal causa da evasão no *campus* do IF Sudeste MG é “a falta de conhecimento quanto à identidade dos cursos”, sendo o aplicativo capaz de favorecer uma espécie de “engajamento antecipado”, favorecendo assim a permanência escolar.

Ao analisar os artigos citados, é possível inferir que embora haja um crescente volume de produções a respeito da permanência escolar na EPT, essas publicações apresentam um caráter bastante descritivo. Nota-se a necessidade de se elaborarem propostas viáveis, no campo institucional, que visem ao fortalecimento da permanência escolar. Percebe-se ainda que as pesquisas abordam aspectos da chamada permanência simbólica, que segundo Felipe (2018a, p. 91) “diz respeito ao pertencimento, ao se sentir parte de um grupo, da própria instituição educacional”.

Em sua tese, Santos (2009) refere-se a duas perspectivas para a permanência: a material e a simbólica. A autora, que entende a permanência como “a possibilidade de o estudante manter os seus estudos até o final do curso”, defende a oferta de condições materiais de subsistência, pois para estar na escola “é necessário comprar livros, almoçar, lanchar, pagar o transporte etc. Mas é necessário também o apoio pedagógico, a valorização da autoestima, os referenciais docentes etc.” (Santos, 2009, p. 70).

No levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) durante a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), de 2022, foi constatado que 40,2% dos jovens entre 14 e 29 anos abandonaram a escola por necessidade de trabalhar (IBGE, 2022). Embora a pesquisa de Santos (2009) trate da permanência no ensino superior, sua afirmação acerca da dimensão material é apropriada também quando se trata de estudantes do EMI, pertencentes às camadas mais pobres da população brasileira e que se veem obrigados a cada vez mais cedo abandonar os estudos para contribuir para o sustento financeiro de suas famílias.

A discussão propiciada pela autora aponta para a possibilidade de a falta de condições para a permanência material contribuir para a redução das condições de que

os estudantes precisam para persistir e resistir aos obstáculos impostos pelo contexto social e pelo sistema de ensino, impactando também em aspectos que dizem respeito à permanência simbólica.

As informações apresentadas, bem como as reflexões aqui propostas, ratificam a urgência de se ampliar e aprofundar os debates e os estudos acerca das ações que se encontram sob responsabilidade das instituições de ensino. Entende-se não ser tarefa fácil, por frequentemente demandar políticas públicas eficientes, financiamento e pessoal adequado para sua efetivação.

3 MUDANÇA DE FOCO DA EVASÃO PARA A PERMANÊNCIA: HISTÓRICO, MOTIVAÇÕES E RELAÇÕES EXISTENTES

Por abordarem a permanência como um dos princípios a serem observados, a Constituição de 1988, a LDBEN de 1996 e o Plano Nacional de Educação - PNE, para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005 de 2014, impulsionam os debates e as pesquisas relativas a esta temática no contexto nacional.

Uma busca simples na LDBEN revela que o termo “evasão” não aparece nenhuma vez. Em contrapartida, a palavra “permanência” aparece em cinco passagens, das quais quatro associada à ideia sugerida em seu Artigo 3º, que a estabelece como um princípio. No PNE, das 13 vezes em que o termo “permanência” aparece no texto, 11 estão relacionadas ao ato de o estudante permanecer na instituição até concluir, com sucesso, o curso no qual foi matriculado; nas outras, é associado à jornada diária do discente na instituição. O termo evasão é citado apenas duas vezes.

Esta disparidade observada em dois dos documentos que norteiam e servem de base para a educação nacional sugerem uma mudança do foco da evasão para a permanência no âmbito das políticas públicas. A questão que se apresenta é a razão dessa alteração.

Tal mudança também foi percebida ao se explorar os artigos localizados no portal da CAPES, em busca realizada no dia 11 de março de 2023, quando foi encontrado um número maior de artigos tratando da permanência. Ao discorrerem sobre o crescente número de publicações a respeito da permanência escolar ou estudantil, especialmente

a partir de 2007⁵, Carmo e Carmo (2014, p. 6 e 7), haviam levantado “pistas” sobre possíveis razões para esta evolução numérica, entre elas a possível “saturação dos modelos teóricos e metodológicos das pesquisas que investigam a evasão escolar”. Os pesquisadores referem-se ainda à “quase universalização do acesso à escola” como outro provável motivo para essa “virada epistemológica”, pois ao cumprir a etapa do acesso, o Estado poderia concentrar os esforços na qualidade da educação, que pressupõe a permanência dos estudantes na escola.

Também é possível encontrar ênfase na temática da permanência no Plano Estratégico para a Permanência e Êxito dos Estudantes, elaborado a partir de subsídios emanados do Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção da RFEPCT, de 2014, em resposta ao Acórdão 506/2013, do TCU. No caso do IFF, o a versão local do Plano está vigente desde 06 de outubro de 2017, tendo sido publicada por meio da Resolução nº 23/2017.

A respeito da ênfase na permanência e não na evasão, o documento esclarece que “a ideia central é romper com o paradigma, cujo foco era trabalhar com a evasão e o fracasso escolar” (IFF, 2017, p. 25) e ainda que as estratégias que compõem o Plano “mais do que se voltarem para o abandono ou a evasão, estarão centradas no que, como e em que condições se aprende - na permanência” (IFF, 2017, p. 26).

Carmo, Silva e Juvêncio (2016) apontam a possibilidade de vínculo entre as noções de evasão e permanência, embora defendam a realização de pesquisas sobre a permanência. Os autores asseveram que “esses dois objetos podem ser indissociáveis, entretanto conservam especificidades que os diferenciam”. Para o trio, refletir sobre a permanência envolve “pensar não no que falta à educação, mas no que acontece entre alunos, professores, gestores e famílias que perseveram por êxito, qualidade, sucesso e outros tantos termos que promovem a inclusão de milhares de pessoas [...]” (Carmo, Silva e Juvêncio, 2016, p. 11).

A mudança de enfoque ora sugerida traz em seu bojo a reflexão sobre a necessidade ou não de se dar ênfase a um fenômeno em detrimento de outro. Sobre esse assunto,

⁵ Segundo Carmo, Silva e Juvêncio, em publicação intitulada “Na contramão da evasão: a noção de permanência na educação como objeto de pesquisa contemporâneo”, publicada no ano de 2016, houve uma ampliação na quantidade de vezes em que o termo permanência é mencionado nos títulos das publicações pesquisadas a partir do ano de 2007.

Saber porquê os alunos saem não nos diz, pelo menos não diretamente, porque os estudantes persistem. Saber porquê o aluno sai não diz às instituições, pelo menos não diretamente, o que elas podem fazer para ajudar os alunos a ficarem e a terem sucesso. No mundo da ação, o que importa não são as nossas teorias em si, mas como essas teorias ajudam as instituições a implementarem questões práticas de persistência. Infelizmente, as teorias atuais de abandono estudantil não são bem adaptadas a essa tarefa. Isso explica, por exemplo, o fato de que as teorias atuais de abandono/evasão estudantil normalmente utilizam abstrações e variáveis que são, por um lado, muitas vezes difíceis de operacionalizar e traduzir em formas de prática institucional e, por outro, focam em assuntos que não estão diretamente sob a influência imediata das instituições (Tinto, 2006, p. 6).

Ante esta discussão, seria pertinente que a ênfase concedida a um dos fenômenos - a permanência - invalidasse as contribuições do outro (evasão)? Há discussões mais recentes que vêm apontando para uma resposta negativa para tal questionamento. Felipe e Ortiz (2021b, p. 3) defendem “a impossibilidade dessas perspectivas serem abordadas como simples antônimos”. Ressalte-se aqui o caráter coextensivo, e não excludente, destas noções - postulado com o qual convergimos.

Também no âmbito dos documentos oficiais emitidos por órgãos governamentais responsáveis pela educação, é possível encontrar possibilidades de articulação entre tais discussões. É o caso da Nota Informativa nº 138/2015/DEP/DDR/SETEC/MEC, de 15 de julho de 2015, que informa e orienta as instituições da RFEPCT sobre a construção de planos estratégicos institucionais para a permanência e êxito dos estudantes, elaborada em atendimento a Nota Técnica nº 282/SETEC/MEC, de 09 de julho do mesmo ano, que cita, logo em suas palavras iniciais, que os referidos planos devem contemplar o

diagnóstico das causas de evasão e retenção e a implementação de políticas e ações administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes, no processo educativo nas instituições da Rede Federal. (SETEC, 2015. p. 1).

Infere-se aqui, e a partir das fases contidas na metodologia apresentada nesta nota técnica, que os conhecimentos acerca da evasão deveriam ser utilizados para a definição dos planos estratégicos a serem elaborados por cada instituição da RFEPCT. A compreensão da evasão como um processo reforça essa noção expressa na Nota Técnica nº 282/SETEC/MEC, pois a identificação dos fatores que causam o constante desengajamento dos estudantes nos cursos e, conseqüentemente, a formulação de soluções para tais determinantes (como as reprovações ou a necessidade de trabalhar e

estudar, por exemplo) podem auxiliar na construção de estratégias de permanência (reforço escolar, capacitação dos professores, mudanças nos processos didáticos e assistência estudantil).

CONCLUSÃO

À luz da produção acadêmica e dos instrumentos normativos que abordam a temática em discussão, entende-se que a identificação e a atuação sobre as causas da evasão, aliadas a ações e estratégias institucionais tendentes ao fortalecimento da permanência escolar são capazes de contribuir de forma relevante ao cumprimento do direito social à educação.

Se a abordagem exclusiva nas questões quantitativas e qualitativas relativas à evasão são insuficientes para o alcance deste objetivo, tampouco pensar a permanência escolar desconsiderando os estudos e dados disponíveis sobre a evasão parece uma estratégia adequada.

Entende-se que ignorar o conhecimento historicamente acumulado não é o melhor caminho, dado o longo percurso de estudos consistentes sobre evasão percorrido no Brasil. No lugar de ignorar, talvez o caminho esteja na incorporação dos estudos sobre permanência escolar mediante a síntese superadora da produção existente sobre evasão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. C. F. de; MIRANDA, P.R. de; MACHADO, A. F. da.V. Rolê no IF: um aplicativo em favor da inclusão e contra a evasão no Ensino Médio Integrado. **Educitec-Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, v. 5, n. 12, p. 100-116, 2019.
- ALMEIDA, E. C. F.; MIRANDA, P. R. de. Comunicação pública na prevenção da evasão: a experiência de um aplicativo sobre Ensino Médio Integrado. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 20, n. 64, p. 170-200, 2020.
- ALMEIDA, M. D. B. de; LYRA-SILVA, G. M. V. Perfil dos estudantes que concluem o ensino médio integrado e suas relações com o êxito. **Interfaces da educação**, Paranaíba, v. 12, n. 34, p. 319-341, 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília,DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília,DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília,DF, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília,DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. DDR/SETEC/MEC. Plataforma Nilo Peçanha. **Guia de Referência Metodológica.** Brasília,DF, Editora Evobiz, 2018 101 p. ; PDF. Disponível em: <http://dadosabertos.mec.gov.br/images/conteudo/pnp/2018/guia-referencia-2018.pdf>. Acesso em 27 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Metodologia de cálculo dos indicadores de fluxo da educação superior.** Brasília, DF,. 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2017/metodologia_indicadores_trajetoria_curso.pdf Acesso 08 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) . **Taxa de Rendimento Escolar.** Brasília,DF. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>. Acesso em 04 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília, DF. 2014.Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2019-pdf/110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal/file>. Acesso em: 04 jul.2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 506/2013** – TCU – Plenário, de 13 de março de 2013. Brasília, DF: 2013d. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-1250021/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/o/sinonimos%253Dfalse. Acesso em: 05 abr. 2023.

BRITO, L. L. de. et *al.* O PROEJA no Colégio Pedro II: trajetória e possibilidades para o êxito de uma educação profissional politécnica e integral. **Revista LABOR**, Fortaleza, v. 1, n. 24, p. 123-148, 2020.

CARMO, G. T. do; CARMO, C.T. A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos: proposta de categorização discursiva a partir das pesquisas de 1998 a 2012 no Brasil. **Education Policy Analysis Archives**, v. 22, p. 63-63, 2014.

CARMO, G. T. do; SILVA, C. B. da; JUVÊNCIO, E. R. de A. Na contramão da evasão: a noção de permanência na educação como objeto de pesquisa contemporâneo. X Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. **Educon**, Aracaju, v. 10, n. 01, p.1-14, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/8912>. Acesso em: 01 maio.2023.

CARMO, G. T. do; MANHÃES, E. K.; COLA, M. L. T. Pistas sobre a permanência escolar como virada epistemológica: iniciativas de um núcleo de pesquisa por uma sociologia da permanência na educação a partir de Vincent Tinto. **(SYN) THESIS**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 54-63, 2018.

COSTA, J. B.; BORGES, A. P. F. Evasão escolar no curso de Eletrotécnica do Ensino Médio Integrado do IF Sertão Pernambucano. **Revista Semiárido De Visu**, Petrolina, v. 7, n. 3, p. 366-379, 2019

COTRIM-GUIMARÃES, I.M.A.; FIDALGO, F.S.R. Programas institucionais de assistência aos estudantes no IFNMG/*Campus* Januária: contribuições para a permanência estudantil. **Revista Labor**, Fortaleza, v.1, n.26, p. 120-145, 2021.

DAYRELL, J. T. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40- 52, 2003.

DORE, R.; LUSHER, A. Z. Permanência e Evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 4. n. 144, p. 772- 789, 2011.

EVANGELISTA, M. de P.; CRUZ, M. do C. M. T.; ALMEIDA, J. G. Percepções de alunos que abandonaram uma escola de ensino médio integrado no município de São Paulo. **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 38–50, 2022.

FELIPPE, J. M. S. **Assistência estudantil e tendências da política social no Brasil**: resultados na permanência dos estudantes do Instituto Federal Fluminense.

Campos dos Goytacazes, 2018. 224 f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense.

FELIPPE, J. M. S.; ORTIZ, L. F. Permanência e conclusão do curso na Licenciatura em Letras do IFF: análise da trajetória acadêmica dos estudantes no ciclo 2016-2019: **Revista Cocar**, Belém, v. 15, n. 31, 2021.

FERREIRA, E. C. da S.; OLIVEIRA, N. M. de. Evasão Escolar no Ensino Médio: causas e consequências. **Scientia Generalis**, Patos de Minas, v. 1, n. 2, p. 39-48, 2020.

GALASSO, B.; SANTOS, D. V. dos. Trajetória da educação inclusiva no ensino médio integrado da rede federal: fatores de evasão e permanência. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 23, p. 1-20, 2021.

GEMAQUE, R. dos S.; CAVALCANTI, N. C. S. B.; JESUS, J. G. de. Nem Só Azul e Rosa: Diversidade Sexual e de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 21, 2021.

GONTIJO, S. B. F., *et al.* Permanência escolar no ensino médio integrado. **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, Brasília/DF, v. 1, n. 1, p. 51-72, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf. Acesso: 10 ago. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Plano de Integridade do IBGE 2021-2022**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/np_download/novoportal/documentos_institucionais/Plano_Integridade_IBGE_2021_2022.pdf. Acesso: 08 jul.2023.

IFF. **Resolução nº 23, de 06 de outubro de 2017**. Aprova o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos estudantes do Instituto Federal Fluminense 2017-2019. Campos dos Goytacazes, 2017. Disponível em: <https://cdd.iff.edu.br/documentos/resolucoes/2017/resolucao-40>. Acesso em: 01 maio. 2023.

KLEIMAN, A. B.; MARQUES, I. B. de A. S. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 15, p. e7514-e7514, 2018.

LOPES, H. A.; SILVA, A. L. da. Desafios para a implantação de um curso EPT/EJA no IFPR-Campus Umuarama. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 16, n. 40, p. 83-110, 2021.

MARASCHIN, M. S. *et al.* Ensino Médio Integrado-diálogos entre a implementação e pesquisas. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 19, p. e11265-e11265, 2020.

MARINHO, M. da G. S.; FRANÇA, M. C. C. de C. Evasão escolar: uma proposta de intervenção por meio de um modelo de plano estratégico de permanência e êxito. **Scientia Tec**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, 2020.

MARQUETTI, C.A.; CESARO, H.L.de. Materiais didáticos acessíveis para alunos surdos: Respeito linguístico no ensino médio integrado em modelagem do vestuário no IFSC - Jaraguá do Sul. **Metodologias e Aprendizado**, Blumenau, v. 1, p. 72-79, 2020.

OLIVEIRA, R. E. de; OLIVEIRA, V. de P. S. de. Evasão escolar no *Campus Arraial do Cabo*-IFRJ: a influência das dimensões socioeconômica e acadêmica. **Vértices**. Campos dos Goitacazes, v. 21, n. 3, p. 379-405, 2019.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Salvador, 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia.

SILVA, C. B. da. Evasão Escolar e Ensino Médio: Uma Revisão Bibliométrica. **Brazilian Journal of Policy and Development**, São José dos Pinhais, v. 3, n. 2, p. 4-15, 2021.

SILVA, J. R. da; BORGES, L.F. F. Políticas de acesso nos processos seletivos da rede de educação profissional no Brasil: uma análise de desempenho. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v.12, n.3, 2019.

SILVA, T. R. da. Perspectivas dos estudantes do curso técnico integrado em agropecuária do Instituto Federal Farroupilha *Campus São Vicente do Sul* sobre o Ensino Médio Integrado no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 21, p. e10713, 2021.

TINTO, V. Abandono do ensino superior: uma síntese teórica de pesquisas recentes. **Revisão de pesquisa educacional**, Washington, v. 45, n.1, p. 89-125, 1975.

TINTO, V. Pesquisa e prática de retenção de alunos: o que vem a seguir? **Journal of College Student Retention: Pesquisa, Teoria e Prática**, v.8, p. 1-19, 2006.

Sobre os autores

Jonis Manhães Sales Felipe: Professor da área de Educação no Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), com atuação nos cursos de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu (Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica). Doutor em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy

Ribeiro (UENF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1175-7637> E-mail: jonisfelippe@gmail.com

Sandra Helena de Araujo Lima: Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal Fluminense. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2003). Atualmente é Pedagoga do Instituto Federal Fluminense. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1563-7018> E-mail: dearaujolima.sandra@gmail.com

Tramitação:

Recebido em: 04/12/2023

Aprovado em: 15/11/2023